

UM OLHAR SOBRE MINAS GERAIS

UM DIAGNÓSTICO ECONÔMICO, SOCIAL, FINANCEIRO
E ADMINISTRATIVO DE NOSSO ESTADO



MOARA SABOIA
PRÉ-CANDIDATA DEPUTADA ESTADUAL



Apresentação

Lula está liderando em Minas Gerais e “quem ganha em Minas ganha no Brasil”. Não se trata de bairrismo nosso não. Minas Gerais é um estado fundamental na disputa presidencial porque é o segundo maior colégio eleitoral do Brasil, com mais de 15 milhões de eleitores. Importante salientar que: Minas é o retrato socioeconômico do Brasil, algumas regiões ricas e outras pobres, demonstrando a desigualdade social de acordo com regiões. O que impressiona é que em Minas, diversas pesquisas, dão a Lula os mesmos percentuais que ele tem nacionalmente. Importante é que esta liderança de Lula se consolide em Minas Gerais e transfira para nosso candidato a governador. É Kalil e André Quintão aqui e Lula lá!

Portanto, a luta que travamos em Minas Gerais é a mesma que travamos no país: por uma sociedade mais igualitária, plural e democrática. Minas Gerais é o terceiro PIB do Brasil, mas no PIB per capita recua para a décima posição e no IDH é a nona no ranking nacional. Temos regiões ricas, como a Grande BH, Triângulo Mineiro e o Sul do Estado, que se aproximam do Sudeste e regiões mais pobres, como o Norte e o Jequitinhonha.

Mesmo nas regiões mais ricas, como na Grande BH, temos cidades endinheiradas, como Belo Horizonte, Contagem, Betim, e outras cidades muito pobres, como Ribeirão das Neves, Ibirité, Esmeraldas.

A desigualdade está em tudo: na educação, na saúde, no saneamento básico, no transporte coletivo, na moradia, na pavimentação das ruas, no direito à cidade. Mas, a desigualdade de Minas, como no Brasil, tem a marca da desigualdade de gênero e raça. Nos esforçaremos para que isso mude, e tenhamos melhor distribuição de renda.

O cientista político e professor da UFMG, Leonardo Avritzer, em um texto de 2010, como contribuição à chapa Hélio Costa/Patrus Ananias ao governo do Estado, escreveu: “Minas são muitas”. A frase do poeta expressa uma característica fundamental do estado de Minas Gerais: sua diversidade cultural. Minas Gerais é um dos estados que tem a maior diversidade cultural no país. Expressa pela sua condição de transição entre as regiões mais modernizadas e urbanizadas e as regiões um pouco mais tradicionais. Esta diversidade produziu hábitos culturais diferenciados, no folclore, nas artes e na música.

Estes hábitos, despertam a atenção nacional para fenômenos como bandas de música, folclore no Vale do Jequitinhonha e outras manifestações de diversidade. Mas, infelizmente a diversidade mineira tem sido entendida de forma diferente. Entre os estados brasileiros com economia forte e sociedade mais urbanizada, Minas Gerais é o estado mais desigual. Esta desigualdade se expressa em índices como o IDH e sua variação nas diferentes regiões do estado.

Em Minas, dados sobre pobreza apontam na mesma direção. Uma proposta de gestão popular participativa para Minas Gerais deve atacar tais elementos e, para fazê-lo, a participação social é o melhor instrumento”. Leonardo Avritzer concluiu com uma síntese brilhante: “Minas são muitas. O objetivo da participação no governo de Minas

deve ser ampliar a diversidade onde ela é culturalmente desejável e diminuir a heterogeneidade onde ela é socialmente danosa”.

Este diagnóstico de Minas Gerais que apresentamos neste documento é amplo. Tratamos de economia e empregos, finanças do Estado, máquina administrativa estadual, políticas sociais e informações populacionais. E já que falamos de Guimarães Rosa, publicamos a passagem de seu livro “Minas é muitas”. Muitos dirão que reflexões tão amplas são mais adequadas ao programa de governo Kalil/André Quintão.

Como pré-candidata a Deputada Estadual, farei a escolha de uma pauta mais enxuta e concentrada em minhas bases sociais. Mas, a minha diretriz, como escreveu Leonardo Avritzer, é uma Minas mais plural nos planos político e cultural e mais homogênea social e economicamente.

Agradeço ao economista e coordenador de minha pré-candidatura que redigiu este estudo apresentado à militância progressista de Minas Gerais. José Prata é um dos maiores estudiosos da esquerda mineira sobre nosso estado. Prata tem seis livretos publicados: Um olhar sobre Minas Gerais (2004), Minas cresce com o Brasil (2006), Um novo olhar sobre Minas Gerais (2009), Minas no centro da disputa nacional (2011), Por que Dilma e Fernando Pimentel venceram a disputa em Minas? (2015), Um olhar sobre Minas Gerais (2019).

Agradeço também ao Ivanir Corgosinho pela revisão dos originais. Uma boa leitura!

Contagem / Belo Horizonte, julho de 2022

Moara Saboia

Vereadora do PT Contagem e pré-candidata a Deputada Estadual

1-Economia e empregos

Tratamos neste capítulo das informações econômicas e de emprego de Minas Gerais: PIB, PIB per capita, desigualdades regionais, o perfil das exportações do Estado, o mercado de trabalho formal e informal de acordo com a RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a sintonia da economia mineira com a economia brasileira.

1-1-Minas Gerais tem o 3º maior PIB do Brasil, mas no PIB per capita ocupa somente a 10ª colocação. O Produto Interno Bruto – PIB (total de riquezas produzidas no Estado) foi R\$ 651,873 bilhões em 2019, que foi o último resultado divulgado pelo IBGE. Isto porque os dados estaduais e também municipais são divulgados com dois anos de atraso. Minas Gerais tem o terceiro maior PIB do Brasil ficando atrás apenas de São Paulo (R\$ 2,348 trilhões) e Rio de Janeiro (779,928 bilhões). A participação do Estado no PIB nacional é de 8,81% um recuo nos últimos anos, quando chegou a representar 9,12% em 2012. **Veja a tabela 1.**

Segundo dados da Fundação João Pinheiro, o PIB de Minas Gerais, estimado para 2021, é de R\$ 805,5 bilhões; deste total, o PIB setorial é de 61,6% nos serviços; 30,1% na indústria; e 8,3% na agropecuária.

Tabela 1
Os 10 maiores PIBs dos Estados – 2019

Estado	PIB – em R\$ bilhões	Participação PIB nacional (%)
São Paulo	2.348,338	31,78
Rio de Janeiro	779,928	10,54
Minas Gerais	651,873	8,81
Rio Grande Sul	482,464	6,52
Paraná	466,377	6,31
Santa Catarina	323,264	4,37
Bahia	293,241	3,97
Distrito Federal	273,614	3,69
Goiás	208,672	2,81
Pernambuco	197,853	2,66

Fonte: IBGE

Os municípios com os maiores PIBs. Os oito municípios mais ricos de Minas Gerais tem PIB total de R\$ 251,266 bilhões, o que representa nada menos que 38,54% do PIB

total de Minas Gerais. Os quatro municípios com maiores PIBs são, pela ordem, Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem e Betim. **Veja a tabela 2.**

Tabela 2
Os 8 municípios mineiros no ranking 100 maiores do Brasil – 2019

Município	PIB em R\$ bilhões
Belo Horizonte	97,205
Uberlândia	37,628
Contagem	30,441
Betim	28,066
Juiz de Fora	18,695
Uberaba	15,541
Nova Lima	11,859
Ipatinga	11,831

Fonte: IBGE

Tabela 3
Os 11 maiores PIBs per capita dos Estados – 2019

Ranking	Estado	PIB per capita – Em R\$
1	Distrito Federal	90.742,75
2	São Paulo	51.140,82
3	Rio de Janeiro	45.174,08
4	Santa Catarina	45.118,41
5	Rio Grande Sul	42.406,09
6	Paraná	40.788,77
7	Mato Grosso	40.787,32
8	Mato Grosso Sul	38.482,83
9	Espírito Santo	34.177,05
10	Minas Gerais	30.794,04
11	Goiás	29.732,40

Fonte: IBGE

Minas é o “primo pobre” do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O melhor indicador de produção de riqueza é o PIB per capita (PIB total dividido pela população). **Veja a tabela 3.** Neste importante indicador, Minas cai da 3^a para a 10^a colocação nacional. Com PIB per capita de R\$ 30.794,04, Minas fica atrás do Distrito Federal (R\$ 90.742,75), São Paulo (R\$ 51.140,82), Rio de Janeiro (R\$ 45.174,08), Santa Catarina (R\$ 45.118,41), Rio Grande do Sul (R\$ 42.406,09), Paraná (R\$ 40.788,77), Mato Grosso (R\$ 40.787,32), Mato Grosso do Sul (R\$ 38.482,83), Espírito Santo (R\$ 34.177,05); Minas fica à frente de Goiás (R\$ 29.732,40). Minas fica abaixo do PIB per capita nacional de R\$ 35.161,70 (de 2019), e é uma espécie de “primo pobre” dos 11 estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde ocupa a penúltima posição no PIB per capita.

1-2-“Minas é muitas” na economia com suas enormes desigualdades regionais e intrarregionais; os dados são de 2015. Minas é muitas, dizia Guimarães Rosa. De fato, do ponto de vista econômico e social, nosso estado é um dos mais desiguais do Brasil. Temos regiões com PIB per capita equiparados aos estados mais ricos da federação, com bom desempenho na indústria, nos serviços e na agropecuária, bem como regiões com este mesmo indicador inferior aos estados mais pobres do Nordeste. Já que não conseguimos os dados mais atuais, neste item utilizamos os números de 2015 do IBGE, que apresentou PIB per capita para Minas de R\$ 25.150,00 e utilizamos a divisão de “Territórios de Desenvolvimento”. O Triângulo Mineiro Norte e Sul (R\$ 37,055,00 e R\$ 37.93,00 de PIB per capita respectivamente), Grande BH (R\$ 32.606,00), Sul de Minas (R\$ 25.297,00) se equiparam a diversos estados do Sudeste. Já o PIB per capita de outras regiões – Médio e Baixo Jequitinhonha (R\$ 8.411,00), Alto Jequitinhonha (R\$ 11.395,00) Norte de Minas (R\$ 12.603,00) - é inferior ao do Nordeste e se equipara a dos estados mais pobres daquela região – como Maranhão, Piauí e Alagoas.

As desigualdades intrarregionais. E mais: temos também desigualdades intrarregionais graves, em termos de PIB per capita, como no caso de grandes cidades dormitórias da Grande BH. Os dados são também de 2015. Esmeraldas (R\$ 8.327,00), Ribeirão das Neves (R\$ 10,754,00), Ibirité (R\$ 11.155,00), Mário Campos (R\$ 10.046,00), que representam um pequeno percentual das cidades mais ricas da microrregião: Nova Lima (R\$ 81.077,00 de PIB per capita), Betim (R\$ 57.283,00), Contagem (R\$ 40.101,00) e Belo Horizonte (R\$ 34.910,00), têm PIBs per capita inferiores à das regiões mais pobres de Minas, como Jequitinhonha / Mucuri e Norte de Minas, o que faz destas cidades enclaves de miséria em uma região rica como a Grande Belo Horizonte. E mesmo nas cidades mais ricas, como Belo Horizonte, Betim e Contagem, existem bairros e regiões de elevada exclusão social.

1-3-Minas Gerais é um estado exportador; exportações em 2021 foram de US\$ 38,1 bilhões, 13,6% dos embarques do Brasil. Minas Gerais exportou US\$ 38,1 bilhões no ano de 2021, o que pelo câmbio oficial do final do ano representou R\$ 225,552 bilhões. Nosso Estado teve participação de 13,6% nas exportações brasileiras de US\$ 280,4 bilhões. Minas é, portanto, um “estado exportador”: tem participação de 8,8% no PIB nacional e de 13,6% nas exportações, o que fez do Estado um dos mais prejudicados com a Lei Kandir que desonerou as exportações, como veremos no capítulo seguinte.(...) A pauta de exportações do Estado é fortemente concentrada nos produtos primários: minérios e produtos minerais, metalúrgicos, Café; alimentos/bebidas/fumo, pedras e metais preciosos, veículos e materiais de transporte, sementes/frutos oleaginosos, carnes, químicos, equipamentos mecânicos/material elétrico, papel/celulose.(...) Os 10 principais parceiros comerciais de Minas nas exportações são: China, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Países Baixos (Holanda), Japão, Reino Unido, Argentina, Itália e Barein.(...) As 10 cidades mais exportadoras de Minas Gerais são, sobretudo, aquelas que estão inseridas na produção de produtos primários: Nova Lima, Conceição do Mato Dentro, Araxá, Varginha, Itabirito, Paracatu, Guaxupé, Betim, Araguari, São Gonçalo do Rio Abaixo.

1-4-Minas Gerais tem 4,814 milhões de empregos formais, sendo 2.732.721 ocupados por homens e 2.082.153 ocupados por mulheres (dados da RAIS). A Relação Anual de Informações Sociais – RAIS é o mais completo retrato das relações do trabalho formal do Brasil, abrangendo a quase totalidade das empresas do setor privado com seus trabalhadores celetistas e também os servidores públicos estatutários. No final de 2020, Minas Gerais contava com 4,814 milhões de trabalhadores, sendo 2,732 milhões homens (57%) e 2,082 milhões mulheres (43% do total). Dados que indicam o menor acesso das mulheres ao trabalho formal, já que elas representam 50,08% da população mineira. Os segmentos que mais empregavam eram: setor de serviços, com 1.634.665 trabalhadores; o comércio com 939.311 empregos formais; a administração Pública, com 846.967 servidores estatutários; indústria de transformação, 763.115 trabalhadores; a construção civil empregava 278.129 trabalhadores; a agropecuária, 245.648 trabalhadores; extrativa mineral, 64.898 empregos formais. Este último dado mostra que a mineração emprega poucos trabalhadores em Minas. A remuneração dos homens (R\$ 3.020,57) era 15% superior à das mulheres de R\$ 2.578,02. **Veja tabelas 4 e 5.**

Tabela 4
Minas Gerais – RAIS – Número de empregos formais – Dez/2020

Total das Atividades			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
EXTR MINERAL	55.836	9.062	64.898
IND TRANSF	533.671	229.444	763.115
SERV IND UP	35.237	6.904	42.141
CONSTR CIVIL	252.700	25.429	278.129
COMERCIO	522.606	416.705	939.311
SERVICOS	819.401	815.264	1.634.665
ADM PUBLICA	306.070	540.897	846.967
AGROPECUARIA	207.200	38.448	245.648
Total	2.732.721	2.082.153	4.814.874

Fonte: Ministério do Trabalho

População ocupada em Minas Gerais é de 10,340 milhões de pessoas. O indicador mais amplo do mundo do trabalho é dado pela PNAD do IBGE. Os dados de Minas Gerais, do primeiro trimestre de 2022, indicam o seguinte: são 5,199 milhões empregados do setor privado, sendo 3,865 milhões com carteira assinada e 1,334 milhão sem carteira assinada; trabalhadores domésticos são 705 mil, sendo 222 mil com carteira assinada e 483 mil sem carteira assinada; são 1,194 milhão de servidores públicos, civis e militares, dos diversos vínculos de trabalho. E tem-se ainda um expressivo contingente de outras pessoas ocupadas: 453 mil empregadores; 2,596 milhões de trabalhadores por conta própria. **Veja a tabela 6.**

Tabela 5
Minas Gerais – RAIS – Remuneração – Dez/2020

Setores IBGE			
IBGE Setor	Masculino	Feminino	Total
EXTR MINERAL	4.559,84	5.172,15	4.646,53
IND TRANSF	3.008,31	1.959,64	2.697,60
SERV IND UP	5.200,84	4.750,02	5.128,98
CONSTR CIVIL	2.361,34	2.458,87	2.370,56
COMERCIO	1.979,38	1.621,98	1.821,55
SERVICOS	2.940,83	2.324,93	2.632,65
ADM PUBLICA	5.654,84	3.863,09	4.510,81
AGROPECUARIA	1.849,08	1.643,14	1.817,46
Total	3.020,57	2.578,02	2.828,41

Fonte: Ministério do Trabalho

Tabela 6
Minas Gerais – Força de trabalho ocupada – 2022

Força de trabalho ocupada	Número (em mil pessoas)
Empregado setor privado	5.199
Com carteira assinada	3.865
Sem carteira assinada	1.334
Trabalhador doméstico	705
Com carteira assinada	222
Sem carteira assinada	483
Empregado Setor Público	1.194
Com carteira assinada	135
Sem carteira assinada	313
Militar e estatutários	746
Empregadores	453
Trabalhador conta própria	2.596
Trabalhador familiar auxiliar	193
Total	10.340

Fonte: PNAD Contínua IBGE

1-5-Crescimento econômico: Minas teve o seu último ciclo de crescimento na “Era Lula”. Romeu Zema, quando tomou posse, culpou os governos anteriores, devido ao “estatismo”, pelo mal desempenho da economia mineira. Isto não é verdade. Minas Gerais cresce ou afunda na recessão e na estagnação junto com o Brasil. E Minas teve o seu último ciclo de crescimento em um governo de esquerda, o do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Veja os números: no governo Lula, de 2003 a 2010, Minas cresceu 3,92% em média ao ano, pouco inferior ao crescimento do Brasil de 4,08%. Já nos governos liberais de Temer e Bolsonaro, com as políticas restritivas ao crescimento, Minas cresceu apenas 0,33% ao ano contra um crescimento ainda menor do Brasil de 0,30% ao ano. **Veja tabela 7.**

Políticas econômicas são sobretudo do governo federal. É evidente que o crescimento econômico dos Estados e a melhoria da situação das contas públicas estaduais dependem de políticas muito mais abrangentes do que aquelas adotadas pelos entes federados isoladamente. Essas políticas são executadas, em grande medida, pelo governo federal: redução da vulnerabilidade externa da economia, taxa de juros, controle da inflação, câmbio, política tributária, investimentos públicos em infraestrutura (energia, estradas, portos, aeroportos, ferrovias, saneamento básico, urbanização, etc.), melhoria das condições para os investimentos privados, políticas de crédito, políticas de geração de empregos, melhoria na renda do trabalhador ativo e aposentado, salário mínimo, programas de transferência de renda, políticas voltadas para o mundo do trabalho (seguro-desemprego, abono salarial), investimento na educação, etc. Em algumas dessas políticas existe, de fato, a participação dos Estados e Municípios, como nos casos das obras de infraestrutura, política tributária, atração de investimentos privados, etc. Mas, essa participação é complementar e não alternativa ao governo federal. Ou seja, se o governo federal praticar políticas macroeconômicas anticrescimento, como no caso do governo Bolsonaro, as iniciativas dos Estados e Municípios, isoladamente, não conseguirão reverter a situação.(...) A sincronia entre o desempenho da União e dos Estados federados na economia é óbvia. Não é preciso ser economista para entender que o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil nada mais é do que a média do crescimento dos Estados federados. Segundo o IBGE, oito Estados brasileiros concentram quase 80% do PIB nacional – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Distrito Federal. Assim, a taxa de crescimento da economia brasileira tende a ser próxima das taxas de crescimento destes Estados mais importantes, que têm peso na formação do PIB, como é caso de Minas Gerais.

Minas tem uma sincronia ligeiramente abaixo do crescimento nacional. Não existe uma grande disparidade no crescimento de Minas e do Brasil; mas os dados indicam que o crescimento mineiro é inferior à média nacional. Como escreveu articulista da revista Mercado Comum: “Em doze dos 21 anos decorridos deste século XXI, em doze deles a variação do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional. Isto significa, literalmente, que a economia estadual cresceu menos do que a média dos estados brasileiros no período. Nestes 21 anos (2001 a 2021), enquanto O PIB brasileiro contabilizou uma expansão acumulada de 49,67%, o de Minas Gerais aumentou 39,12% – situando o estado na 25ª posição em relação ao desempenho da economia brasileira no período. Já nos três anos iniciais do governo Romeu Zema – 2019 a 2021, a economia de Minas Gerais não conseguiu se desvencilhar do aprisionamento ao já histórico crescimento inferior à média nacional deste século XXI pois, enquanto o

PIB brasileiro registrou um aumento acumulado de 1,79%, o do estado ficou restrito a uma expansão de 0,80% no mesmo período”.

Tabela 7
Taxas de crescimento de Minas e do Brasil – 2001
a 2021

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-4,05	-3,88
2021	5,05	4,62
Média	1,86%	2,36

Fonte: IBGE Divulgação: Revista Mercado Comum

2-Minas Gerais precisa de um “plano de resgate” das finanças estaduais

Neste capítulo tratamos de uma questão central para o futuro de Minas: a crise financeira recorrente de nosso Estado há pelo menos 30 anos. Ao contrário das forças conservadoras, que rebaixam a crise a apenas uma questão de gestão, é preciso reconhecer as múltiplas razões da crise do Estado, o que exigirá um mix amplo de propostas para superá-la de forma mais duradoura. Dentre os grandes desafios a serem enfrentados listamos: Dívida do Estado, Lei Kandir, crescimento econômico; pacto federativo. A esquerda não pode ser voluntarista na gestão do Estado; quando perde o controle da economia e das finanças públicas é fatal para a continuidade dos nossos projetos históricos.

2-1-Minas Gerais precisa de um “plano de resgate” das finanças estaduais. Minas Gerais tem “desequilíbrios estruturais”, que impossibilitam uma solução duradoura para as finanças públicas estaduais. Mas, quase sempre, os governos estaduais que se sucedem fazem uma politização “rasteira” desta questão e jogam a culpa pela deterioração fiscal nos governos anteriores; é como se a crise fiscal de Minas se resumisse a uma questão “de gestão”, de “competência administrativa”, e não fosse resultado de desequilíbrios de difícil solução. (...) Veja agora a situação fiscal de Minas Gerais no governo Romeu Zema. A dívida pública estadual, principal indicador fiscal do setor público, passou, em três anos, de R\$ 113,819 bilhões para R\$ 154,382 bilhões, um crescimento nominal de R\$ 40,564 bilhões, e crescimento percentual num prazo muito curto de 36%. (...) O que isto significa? Quando Minas Gerais voltar a pagar a dívida, seja por decisão judicial ou pela adesão ao plano do governo federal, os encargos da dívida serão tão elevados que inviabilizarão financeiramente o nosso Estado novamente. Já se passaram cinco governos – Itamar Franco, Aécio Neves, Antônio Anastasia, Fernando Pimentel, e agora Romeu Zema —, e a dívida de Minas Gerais continua próxima a 200% da receita corrente, limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que a torna inadmissível. Por isso, é que dizemos: Minas Gerais só terá uma saída mais duradoura do ponto de vista fiscal com um “plano de resgate” das finanças estaduais. Não dá mais para um estado tão importante como Minas Gerais continuar sobrevivendo com improvisos e gambiarras fiscais, como liminar de suspensão da dívida; receitas extras como no caso da Vale, recursos extras provenientes de repasses do orçamento de guerra na pandemia; venda de folha de pagamento; recursos de precatórios; venda de estatais como pretendem os governos de direita; etc.

2-2-Finanças estaduais melhoraram com a continuidade da liminar do STF que suspendeu o pagamento da dívida do Estado junto ao governo federal. Romeu Zema se vangloria que “arrumou as finanças” de Minas Gerais. Não é verdade. O governo dele, de fato, colocou os salários dos servidores em dia, retomou parcialmente a reposição das perdas salariais dos servidores, retomou o repasses das transferências aos municípios e quitou dívidas anteriores. Mas isto não se deveu à “arrumação das finanças

estaduais”, o que aconteceu é que Romeu Zema teve uma “herança bendita” do governo Fernando Pimentel, que foi a liminar que suspendeu o pagamento da enorme dívida do Estado junto ao governo federal. O governo estadual sobreviveu por causa da suspensão da dívida.(...) Informa o jornal O Tempo: “Atualmente, Minas Gerais não paga a dívida estadual que foi refinanciada pela União e nem a dívida oriunda de empréstimos que a União teve que honrar depois que o Estado não conseguiu pagar as parcelas. São 22 contratos de empréstimo nos quais a União é garantidora. Dezenove deles são alvos de liminares”. Se voltar a pagar a dívida, Minas Gerais teria que honrar parcelas de R\$ 710 milhões por mês, mais de R\$ 8,5 bilhões por ano, além de pagar parcelas da dívida que não foram pagas em função da liminar do STF”. Isto foi reconhecido pelo ex-secretário de governo, em declaração ao jornal O Tempo no início de 2020: “Em audiência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o secretário de Governo, Bilac Pinto, disse que o Ministério da Economia sinalizou que pode questionar as liminares no Supremo. ‘Se as liminares caírem acaba o governo dele (Romeu Zema), o nosso governo, e desestruturaria as políticas públicas. Acaba a governabilidade””.

Dívida pública disparou no governo Romeu Zema, de R\$ 113,819 bilhões para R\$ 154,382 bilhões. A tabela que estamos publicando mostra claramente que Romeu Zema não arrumou as finanças de Minas Gerais. **Veja a tabela 1.** Fernando Pimentel pagou a dívida até quase ao final de seu governo em 2018, que cresceu menos em seu governo (em quatro anos subiu R\$ 20 bilhões) e atrasou os salários dos servidores; Romeu Zema pagou os servidores e regularizou os repasses aos municípios e não pagou nada da dívida que, em três anos, subiu mais de R\$ 40 bilhões, passando de R\$ 113,818 bilhões, em 2018, para R\$ 154,382 bilhões, em 2021, e deverá superar R\$ 160 bilhões ao final de seu governo. A dívida pública de Minas Gerais é basicamente a dívida junto ao governo federal, de R\$ 104,734 bilhões; além de empréstimos de R\$ 35,972 bilhões (R\$ 15,572 bilhões empréstimos internos e R\$ 20,399 bilhões de empréstimos externos); R\$ 1,492 bilhão de parcelamento de dívidas de contribuições sociais; R\$ 3,868 bilhões de precatórios; e R\$ 8,313 bilhões de outras dívidas.

Dívida pública de Minas é de 187,28% da receita (dívida consolidada) e de 169,38% (dívida líquida). Como veremos, Romeu Zema não mudou o principal indicador fiscal do Estado, a dívida pública enquanto proporção da receita do Estado. No seu governo, a dívida consolidada teve um pequeno recuo, enquanto proporção da receita corrente, de 202% para 187,28%; e a dívida consolidada líquida (dívida total menos as disponibilidades de caixa) passou de 189,03% para 169,38%. Ou seja, a situação fiscal de Minas Gerais no governo Romeu Zema é similar aquela do governo Fernando Pimentel e, se a dívida era impagável antes, continua impagável agora. A moratória do pagamento da dívida é uma “bomba relógio” que cairá no colo dos futuros governantes de nosso Estado. É a moratória da dívida (liminar do STF) que explica a disparada da dívida de Minas (as parcelas não pagas mais encargos se acumulam no valor total da dívida).(…) A dívida de Minas Gerais, sobretudo no governo Romeu Zema, segundo informações da Secretaria da Fazenda, cresceu com o não pagamento de R\$ 30,4 bilhões (período de fevereiro de 2018 a abril de 2022); o mais revoltante é que

Mina Gerais tem a liminar que suspendeu o pagamento da dívida, mas o Estado é ainda mais penalizado porque é considerado “inadimplente” e sobre as “parcelas em atraso” incidiu juros adicionais e correção monetária de R\$ 8,7 bilhões.

Por que a receita cresceu muito e a dívida enquanto percentual da receita não caiu de forma substancial? Como veremos a seguir a receita de Minas Gerais cresceu de forma substancial nos últimos três anos, mas o impacto na dívida enquanto percentual da receita do Estado foi muito limitado. O que explica isto? O que aconteceu é que a receita cresceu bastante (46,33%), mas a dívida disparou com o não pagamento das parcelas mensais, além de mais juros e multas pelas “parcelas em atraso” (crescimento de 35,6%). Ou seja, o não pagamento da dívida “esterilizou” para fins fiscais o crescimento das receitas, o que manteve a dívida num patamar muito elevado nos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Fazendo as contas de forma aproximada disso: se tivesse pago as parcelas da dívida ao governo federal, a dívida do Estado seria hoje de R\$ 116 bilhões, o que representaria um ajuste expressivo na dívida estadual para aproximadamente 140% da receita estadual, bem inferior aos 187% atuais.

Tabela 1
Minas Gerais—Evolução da dívida de Minas Gerais – 2014 a 2021

Ano	Dívida consolidada Em R\$ bilhões	Percentual da receita	Dívida consolidada líquida – Em R\$ bilhões	Percentual da receita
2014	93,730	196,73	85,268	178,97
2015	107,383	207,93	102,592	198,66
2016	113,258	210,79	109,124	203,09
2017	108,980	197,52	102,814	186,35
2018	113,819	202,00	106,645	189,03
2019	130,466	203,64	122,689	191,50
2020	140,881	199,61	133,034	188,49
2021	154,382	187,28	139,627	169,38

Fonte: SEF/MG

2-3-Ampliação da receita (imposto inflacionário) e forte contenção das despesas de pessoal são marcas do governo Romeu Zema. A receita corrente líquida do Estado teve uma importante recuperação no governo Romeu Zema, sobretudo devido à inflação já que Minas não cresceu quase nada; e, no ano de 2020, com as transferências extraordinárias feitas pelo governo federal, parte do chamado Orçamento de Guerra. **Veja a tabela 2.** Em 2018, a receita corrente do Estado foi de R\$ 56,345 bilhões e fechou 2021 com R\$ 82,453 bilhões, um crescimento de R\$ 26,108 bilhões, ou 46,33% em apenas três anos; vale dizer que as receitas extraordinárias de 2020 não tiveram interferência na evolução das receitas, porque elas não se repetiram em 2021.(...) Como a economia mineira no mesmo período não cresceu quase nada, foi no acumulado de apenas 0,99%, o avanço da receita se deveu à inflação, é o chamado “imposto inflacionário”; é quando as receitas do governo avançam fortemente com a inflação e os gastos, sobretudo os de pessoal, sobem bem menos ou quase nada, como aconteceu em

Minas Gerais, como pode ser visto a seguir. Veja só a evolução dos principais impostos de Minas: a) o ICMS passou no período de R\$ 48,301 bilhões para R\$ 67,951 bilhões (aumento de 40,68%); b) transferências correntes (principalmente FPE e Fundeb) passaram de R\$ 12,505 bilhões para R\$ 20,850 bilhões (aumento de 66,73%). No período analisado, a inflação foi de 19,99%, mas os principais produtos que pesam na tributação, sobretudo do ICMS – gasolina, óleo diesel, energia elétrica – subiram ainda muito mais.

Despesas de pessoal nos últimos três anos ficaram praticamente congeladas; com isso foi realizado um forte ajuste nestas despesas enquanto proporção da receita.

Nos últimos três anos (de 2018 a 2021), os gastos de pessoal do Estado se mantiveram praticamente congelados. **Veja a tabela 3.** A despesa líquida com pessoal (despesa bruta menos indenizações, despesas de exercícios anteriores, aposentados e pensionistas pagos com recursos vinculados), critério adotado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, passou, no caso dos Três Poderes, de R\$ 43,095 bilhões para R\$ 47,020 bilhões, um aumento de 9,10%; no caso do Poder Executivo subiu ainda menos: passou de R\$ 37,427 bilhões para R\$ 40,125 bilhões, um aumento de apenas 7,20%. (...) Já a receita corrente líquida, no mesmo período, passou de R\$ 56,345 bilhões para R\$ 82,453 bilhões, um aumento de 46,33%; com isso, em dois anos, o governo Romeu Zema fez um enorme ajuste no gasto líquido de pessoal, que passou de: a) nos Três Poderes de 76,48%, em 2018, para 57,04%, em 2021; b) no Poder Executivo, de 66,65% para 48,68% no mesmo período. Com isso, os gastos de pessoal ficaram ligeiramente abaixo do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de 49% da receita no caso do Poder Executivo e de 60% no caso dos Três Poderes. (...) Vale dizer que o governo Romeu Zema fez um ajuste contábil no ano de 2018, ano anterior ao início do seu governo, nos gastos de pessoal. Na situação anterior, parte expressiva dos gastos com aposentados e pensionistas não era lançada como despesa líquida de pessoal; na nova situação, contabilmente correta de acordo com determinações da Secretaria do Tesouro Nacional, gastos com aposentados e pensionistas são os gastos totais menos os valores pagos com recursos vinculados ao Fundo Previdenciário. Nesta nova metodologia os gastos com aposentados e pensionistas deram um salto de 2017 para 2018, de: a) no Poder Executivo de R\$ 5,627 bilhões para R\$ R\$ 15,809 bilhões; b) nos Três Poderes o salto foi de R\$ 6,365 bilhões para R\$ 16,594 bilhões. (...) O fortíssimo ajuste nos gastos de pessoal foi conseguido com base em três medidas: não aumento dos gastos porque eles ultrapassavam o limite da Lei Fiscal; congelamento dos salários nos anos de 2020 e todo o ano de 2021, resultado da imposição da lei federal que transferiu recursos extras para Estados e Municípios na pandemia; reforma previdenciária, que aumentou alíquotas de contribuição e limitou o acesso aos benefícios.

Gastos do Tesouro Estadual com investimentos são inexpressivos. Também nas despesas com investimentos praticamente quase nada foi feito com recursos do Tesouro Estadual. Mas investimentos expressivos poderão ser feitos nos próximos anos com o acordo da Vale, no valor total de R\$ 37,689 bilhões. Deste total, cerca de 30% serão para beneficiar o município e a população de Brumadinho; os R\$ 27 bilhões restantes

formarão uma carteira de investimentos e obras importantes nos próximos anos, em obras na Bacia do Paraopeba, reparação socioambiental, segurança hídrica na Grande BH, construção do Rodoanel, investimentos em hospitais e outros.

O ajuste de Romeu Zema: aumento forte das receitas, congelamento despesas de pessoal e não pagamento da dívida estadual. Portanto, a combinação do aumento das receitas e contenção das despesas, sobretudo de pessoal, de fato, deram algum fôlego ao governo Romeu Zema, que está colocando o pagamento dos servidores estaduais em dia; repassando recursos aos municípios referentes aos impostos retidos nos anos anteriores; fechamento de acordo com o Tribunal de Justiça para reposição de recursos de precatórios; negociação com os municípios do pagamento das repasses atrasados na saúde; pagamentos de fornecedores em atraso; e mais os investimentos com os recursos da Vale. São medidas de impacto social e político inegável. Mas o grande desequilíbrio do Estado permanece sem solução: a enorme dívida que o Estado tem, sobretudo, com a União.

Tabela 2
Minas Gerais—Evolução da receita corrente líquida –
RCL – 2014 a 2021

Ano	Receita corrente líquida – Em R\$ bilhões
2014	47,644
2015	51,463
2016	53,731
2017	55,173
2018	56,345
2019	64,068
2020	70,586
2021	82,453

Fonte: SEF/MG

Tabela 3
Minas Gerais – Evolução gastos de pessoal – 2014 a 2021

Ano	Despesa Poder Executivo – Em R\$ bilhões	Percentual da receita estadual	Despesa Três Poderes – Em R\$ bilhões	Percentual da receita estadual
2014	20,718	43,49%	25,221	52,94%
2015	24,740	47,91%	29,603	57,32%
2016	26,484	49,29%	31,662	58,93%
2017	27,584	49,99%	32,975	59,76%
2018	37,556	66,65%	43,095	76,48%
2019	37,427	58,42%	43,215	67,45%
2020	38,063	53,93%	44,272	62,73%
2021	40,125	48,68%	47,020	57,04%

Fonte: SEF/MG

2-4-A falência financeira de Minas se deve a diversos fatores; somente um mix de políticas econômicas irá resolvê-la. Na questão financeira do Estado é preciso reconhecer que não é possível explicar a crise de Minas por apenas um único motivo. A

crise é resultado, dentre outros, dos seguintes aspectos: a) a recessão econômica e o baixo crescimento dilaceraram as receitas do Estado; b) a perda de peso do ICMS, principal imposto estadual, com a redução do peso da indústria no PIB e o fortalecimento do setor de serviços c) Minas Gerais perdeu demais com a Lei Kandir, que desonerou as exportações, prejudicando as receitas de estados mais exportadores como o nosso; d) a dívida do Estado entrou em uma trajetória explosiva porque teve uma correção monetária pelo IGP-DI, muito acima da inflação oficial do IPCA, mais juros reais estratosféricos de 7,5% ao ano; e) Minas Gerais, como todos os estados, perdeu muito com a centralização tributária de FHC na década de 1990, que cresceu a carga tributária nas contribuições sociais, que não são repartidas com estados e municípios; f) Minas Gerais é a terceira economia do Brasil, mas tem apenas o 10º PIB per capita, o que indica uma arrecadação tributária per capita inferior aos diversos estados, ou seja, Minas é o “primo pobre” do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mas tem carências sociais enormes para serem atendidas; f) nosso Estado é o campeão brasileiro em número de municípios, são 853 no total, com população média de 24.606 pessoas, o que dispersa e encarece muito os serviços públicos estaduais; g) Minas Gerais faz poucos concursos públicos, tem déficit enorme de servidores efetivos, que são os contribuintes da previdência estadual, e tem grande contingente de servidores “temporários” e comissionados, que são contribuintes do INSS, além da despesa do Estado com a contribuição patronal; h) existiram de fato, no passado, graves distorções no serviço público, que nada tem a ver com os direitos dos servidores: a aposentadoria era integral sem nenhuma carência no serviço público, o que garantia a integralidade da remuneração para pessoas com pouquíssimo tempo de serviço público, ainda mais durante longo período que não se exigia concurso para ingresso no serviço público, o que era de fato insustentável; na Constituição mineira foi inserido um artigo, que acabou sendo revogado, que garantiu a contagem de tempo privado para fins de aposentadoria, o que é correto, mas garantiu também o tempo privado também para fins de quinquênios, o que era também insustentável; durante muito tempo, a legislação mineira garantiu o “apostilamento”, que garantia ao servidor ocupante de cargo político a continuidade da remuneração de chefia e assessoramento depois do retorno do servidor ao cargo de origem; i) no Estado estão as duas categorias mais numerosas que se aposentam especial, e merecem continuar com a aposentadoria mais cedo, mas é preciso garantir um esforço fiscal para fazer frente a esta despesa previdenciária com a aposentadoria especial.

Somente um mix de políticas econômicas tira Minas Gerais da falência. Não temos dúvidas de que se o governador de Minas não adotar um mix mais amplo de políticas econômicas e fiscais, se insistir em adotar o austericídio fiscal (arrocho dos servidores e privatizações selvagens) vai fracassar e vai apenas prolongar a crise financeira de Minas Gerais e o sofrimento de nosso povo pela ausência de políticas públicas consistentes. Romeu Zema é o governador dos mineiros ou é apenas um leiloeiro das estatais e dos serviços públicos? (...) Vejamos o exemplo de Contagem, onde o PT, com Marília Campos, arrumou as finanças da cidade. Foi um mix de política econômica mais amplo (aumento expressivo das receitas próprias; aumento das receitas como resultado do crescimento

econômico da Era Lula; cobrança dívida ativa; corte de despesas desnecessárias; estadualização ensino médio; concursos públicos com redução do déficit da previdência; articulação de investimentos a fundo perdido com recursos do Tesouro Nacional e com parceiras com setor privado como contrapartida de empreendimentos; implementação da compensação financeira com o INSS; dentre outras medidas) que a prefeita Marília Campos utilizou para tirar Contagem da falência. Veja só: a) Contagem tinha, em 2004, uma dívida municipal equivalente a 127% da receita (acima dos 120% previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal); em 2012, final do segundo mandato da petista, o percentual recuou para 47% e, atualmente, é ainda menor, sendo a dívida de 33% da receita corrente líquida; b) Contagem que ocupava, em 2004, a 10ª posição nacional no ranking dos municípios em termos de pagamento de amortizações e juros da dívida, passou, agora em 2020, para a 67ª posição no ranking dos municípios; c) hoje Contagem tem uma situação invejável: o município tem receitas expressivas; despesas sob controle, mesmo adotando uma forte política de recuperação dos salários dos servidores; uma dívida consolidada baixa de 33% da receita corrente líquida e uma dívida consolidada líquida (dívida consolidada menos as disponibilidades financeiras) negativa; e uma grande capacidade de investimento, que deverá alcançar aproximadamente R\$ 1 bilhão nos próximos quatro anos, e deverá cumprir com folga o teto de endividamento fixado em programa de governo da petista de 50% da receita corrente líquida.(...) Tratamos a seguir de três políticas fundamentais para tirar Minas da falência: renegociação da dívida; aumento das receitas com crescimento econômico; e Lei Kandir.

2-5-Plano de Recuperação fiscal fracassou no Rio de Janeiro e, se adotado, vai fracassar em Minas Gerais; nosso estado precisa de um “plano de resgate”. Em primeiro lugar, é preciso dizer que situação grave de endividamento não é comum nos Estados; são 20 estados com dívida consolidada inferior a 62% da receita; são três estados com dívida de até 80% da receita corrente. São apenas quatro estados que tem um endividamento praticamente fora do controle; a situação é de difícil solução porque são quatro dos maiores estados brasileiros. A situação mais grave é do Rio de Janeiro, com dívida de 319% da receita corrente líquida em 2020; valor que recuou em 2021 para 223,31% com aumento da receita e privatização da empresa de saneamento; Rio Grande do Sul tem dívida de 182,60% da receita corrente no final de 2021, mesmo depois do violento programa fiscal implementado no Estado, com arrocho dos servidores, privatizações; Minas Gerais, como vimos tem dívida consolidada de 187,28% da receita também em 2021; São Paulo tem dívida de 149,42% da receita e está reduzindo de forma expressiva sua dívida. **Veja tabela 4.**(...) O Plano de Recuperação Fiscal do governo Federal que dá uma moratória de três a seis anos para os estados mais endividados, muito concentrado apenas no corte de despesas, não soluciona a situação fiscal de nenhum deles. A suspensão temporária do pagamento da dívida não é solução porque aumenta o endividamento em termos absolutos. Matéria do Valor Econômico, de 06/04/2019, informa: “O Regime de Recuperação Fiscal, ao qual o Rio de Janeiro aderiu em 2017, tem duração prevista de três anos, podendo ser prorrogado por mais três. Durante o período, ficam suspensos os pagamentos da dívida com a União. Se, por um

lado, a interrupção dos pagamentos contribui para aliviar o aperto sobre o caixa estadual, por outro, aumenta o endividamento em termos absolutos, uma vez que os juros e os encargos continuam a incidir sobre o valor principal. O problema foi empurrado para 2024”. Relatório do Governo do Rio de Janeiro mostra o fracasso do Plano de “recuperação” Fiscal: em 2016, a dívida pública estadual era de 234% da receita; três anos depois, em 2020, a dívida disparou para 319% da receita corrente; em 2021, a dívida do Rio de Janeiro teve expressiva redução em termos percentuais para 223,31% com o aumento da receita com a inflação e com a venda da empresa de saneamento básico. Ou seja, ao final do Plano, em vez de “recuperação”, o Rio de Janeiro estará quebrado de vez.(...) Minas Gerais precisa de um “plano de resgate”, com redução expressiva do estoque da dívida (por exemplo, dos R\$ 8,3 bilhões dos juros e multas por atraso, no período em está vigorando a liminar do STF), alongamento dos prazos, e a continuidade da moratória por mais alguns anos para a retomada dos pagamentos.

Economista tucano, Luiz Carlos Mendonça de Barros, fala do erro de FHC na renegociação da dívida dos estados e municípios. Pois bem, há poucos anos o economista do PSDB, Luiz Carlos Mendonça de Barros, lançou luz ao debate do endividamento do Estado. Em artigo publicado na Folha, do dia 03/04/2015, denominado “As consequências de um erro”, o economista do PSDB elogia o processo de federalização das dívidas de Estados e municípios, mas reconhece que os juros definidos “foram elevados demais” e isto fez com os “saldos da dívida crescessem de forma insuportável”. Veja passagens do artigo do economista tucano: “Como tive uma participação relevante nas negociações que levaram à federalização das dívidas financeiras de quase todos os Estados brasileiros – e de alguns municípios– em 1996, creio ser minha responsabilidade trazer ao leitor da Folha alguns fatos que ficaram perdidos nestes quase 20 anos já passados”. (...) “Mas, por um erro cometido pelo Ministério da Fazenda, os juros cobrados na renegociação foram elevados demais, o que fez com que os saldos devedores das novas dívidas, mesmo com os pagamentos anuais realizados, crescessem de forma insuportável”. (...) “Por isso a questão da renegociação das condições pactuadas em 1997 passou a fazer parte das pautas de reivindicações da classe política já há alguns anos. Uma obra quase perfeita ficou assim maculada pela visão eminentemente financeira da equipe de Malan”.

Tabela 4
Os quatro estados mais endividados do Brasil - % da receita

Estado	Dívida consolidada – R\$ bilhões	Dívida - % receita
Rio de Janeiro	184,129	223,31
Minas Gerais	154,382	187,28
Rio Grande do Sul*	98,327	182,60
São Paulo	294,496	149,42

Fonte: Governos estaduais

()OBS.: Rio Grande do Sul: valores referem-se à dívida líquida. A dívida consolidada é, portanto, maior.*

2-6-0 melhor ajuste fiscal é o crescimento econômico e o consequente crescimento das receitas públicas. Claro que em um mix de ajuste fiscal o fundamental é um novo plano de desenvolvimento para o Brasil e Minas Gerais. Veja, de forma impressionante, as repercussões dos ciclos econômicos sobre as finanças de Minas Gerais.(...) De 2002 a 2010, com um grande crescimento econômico, na média anual de 4,08% do Brasil e de 3,92% de Minas Gerais, a receita do estado cresceu 165% e, considerando a inflação acumulada no período de 56,68%, o aumento real da receita estadual foi de espetaculares 69%. Podemos dizer mesmo que quem viabilizou o PSDB mineiro durante 12 anos no poder em Minas Gerais foi o governo Lula com um grande crescimento do Brasil e com o forte crescimento econômico e financeiro de nosso Estado.(...) Nos anos de 2011 a 2014, com a economia em desaceleração, com crescimento médio anual de 2,35% (Brasil) e de 1,39% (Minas Gerais), a receita estadual cresceu 44% e, sendo que a inflação no período foi de 27%, o que significou um aumento real da receita de apenas 13,40%.(...) A melhoria da situação fiscal de Minas, entre 2002 e 2014, pode ser expressa nos seguintes indicadores: a) a dívida consolidada enquanto proporção da receita corrente líquida caiu de 276,67% para 196,73%; b) já a dívida consolidada líquida enquanto percentual da receita corrente líquida caiu de 262,65% para 178,97%, e ao cair abaixo de 200%, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, possibilitou que o Estado buscasse no mercado financeiro, novos empréstimos para obras. (...) No período de 2015 a 2018, com a forte recessão da economia, que recuou na média anual — 0,93% (Brasil) e — 0,82% (Minas Gerais), a receita estadual apresentou crescimento nominal inexpressivo de 18,26%, o que não cobriu sequer a inflação do período de 25,63%; ou seja, Fernando Pimentel enfrentou uma “tempestade perfeita”, com receitas com crescimento real negativo e atraso de pagamentos de servidores, fornecedores, e municípios; já as dívidas estaduais consolidada e consolidada líquida se mantiveram estáveis, porque juros e amortizações foram pagos de 2015 até o início de 2018, e passaram de 196,73% e 178,97% para, respectivamente, 202% e 189,03%.(...) Já nos três primeiros anos do governo Romeu Zema, como vimos, o crescimento econômico foi medíocre, na média anual de 0,65% (Brasil) e de 0,33% (Minas Gerais), a receita estadual cresceu expressivos 46,33%, bem acima da inflação do período de 19,99%, puxada pela tributação de itens que subiram acima da inflação (imposto inflacionário); com isso a dívida pública teve um pequeno recuo, enquanto proporção da receita corrente, de 202% para 187,28% e a dívida consolidada líquida passou de 189,03% para 169,38%. Ou seja, o “imposto inflacionário” não fez a dívida recuar porque ela disparou com a moratória concedida pelo STF, através de liminares. (...) Como se vê, o crescimento econômico, com o crescimento das receitas públicas é o melhor ajuste fiscal.

2-7-Perdas da Lei Kandir superam a dívida de Minas Gerais; é preciso rediscutir a isenção fiscal para as exportações, especialmente do setor mineral. Como vimos neste estudo, Minas Gerais é um estado exportador: tem participação de 13,6% nas exportações brasileiras, o que representa quase 5% a mais da participação do estado no PIB nacional de 8,8%. Por isso mesmo, Minas foi um dos estados que mais perdeu com a

Lei Kandir, que deu isenção de ICMS para as exportações, valor estimado por uma comissão extraordinária da Assembleia Legislativa em R\$ 135 bilhões no período de 2002 a 2015, valor bem superior a dívida estadual naquela data.(...) O documento da Assembleia de Minas conclui com informações sobre as perdas de Minas com a Lei Kandir e a proposta de encontro de contas do Estado e a União: “Quanto às perdas líquidas provenientes da desoneração do ICMS para o Estado de Minas Gerais, segundo informações do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – o valor total não compensado, de 1996 até 2015, chega a R\$ 135,67 bilhões, montante este atualizado pela taxa Selic acumulada no período.(...) Desde a promulgação da Lei Kandir, há 21 anos, as perdas dos estados acumularam-se em valores exorbitantes e vêm prejudicando a capacidade de cumprimento das atividades estaduais. A lei resultou na concentração de recursos da União e, simultaneamente, no enfraquecimento dos estados, Distrito Federal e dos municípios, penalizando o cidadão. Houve, assim, um claro rompimento do pacto federativo brasileiro, pedra de toque da Constituição da República de 1988.(...) Observa-se a partir dos dados apresentados que o crédito de ICMS que Estado tem com a União, relativo à compensação das desonerações desse imposto, totaliza aproximadamente R\$ 135,7 bilhões corrigidos a preços de dezembro de 2016; já o saldo da dívida do Estado com o governo federal totaliza R\$ 87,2 bilhões, também corrigidos a preços da mesma data. Dessa forma, após o referido encontro de contas, Minas Gerais permanecerá credora de R\$ 48,5 bilhões, valor este que propomos seja investido pela União em obras de infraestrutura no Estado para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos mineiros”.

Privatização e isenção fiscal promoveram uma brutal transferência da riqueza mineral para o setor privado. A versão que a Vale privada conseguiu a façanha de transformar a “sucata” estatal brasileira na maior empresa privada do país pelo brilhantismo da gestão privada, é simplesmente ridícula. Alguém já disse que “mentira tem pernas curtas” e a própria mídia e a Vale se desmentem. Cruzamos informações do articulista Vinicius Torres Freire, do jornal Folha de S.Paulo, com uma publicação da Vale. Veja a análise do articulista, realizada em 2008, sobre a valorização do minério de ferro: “Desde que começou o boom do ferro e de outras *commodities*, em 2003, o preço do minério subiu 284% até 2007. Com o reajuste deste ano, o segundo maior da história, o aumento vai a 469%. O motivo do boom, arqui-conhecido, é a explosão do complexo China-Ásia. Os chineses produzem um terço do aço mundial, e, na última década, foram responsáveis por 65% do aumento da produção mundial de aço”. Agora vejam os números divulgados pela Vale sobre a sua produção e lucratividade no período do boom do minério. No período de 2003 a 2008, a produção de minério de ferro, principal produto da empresa, aumentou 60%, passando de 188,3 para 301,6 milhões de toneladas métricas. O lucro da Vale, com a explosão dos preços no mercado internacional, subiu, no mesmo período, 753%, passando de US\$ 1,548 bilhão em 2003, para US\$ 13,218 bilhões em 2008.(...) Agora, veja os números do setor mineral no recente boom das *commodities* minerais em 2021. O Jornal do Comércio, de Belo Horizonte, informou sobre as exportações de minerais de Minas Gerais nos anos de 2020

e 2021: “Em termos de produtos, as *commodities* minerais ou agrícolas continuaram liderando as exportações de Minas Gerais. As remessas de minério de ferro ao exterior em 2021 somaram US\$ 18,1 bilhões, praticamente o dobro (84,6%) dos valores de 2020 (US\$ 9,8 bilhões). Em volume, os embarques de minério a partir de Minas Gerais avançaram 15% no exercício passado sobre o ano anterior. Ao todo foram 146 milhões de toneladas no ano passado e 126 milhões de toneladas em 2020”. Veja só: os embarques de minérios cresceram 15% e os valores que os exportadores conseguiram cresceram 84,6%.(...) Assim, os números indicam claramente que a lucratividade do setor mineral, em particular da Vale, está ligada, acima de tudo, ao comportamento da economia internacional (aumentos do consumo e principalmente dos preços), e não à suposta genialidade de seus dirigentes e controladores. Como os preços das *commodities* são dolarizados, todas as vendas ao mercado interno também rendem lucros excepcionais para o setor privado. Isso confirma aquilo que dizemos: a privatização da Vale e a isenção de ICMS transferiu de forma brutal as riquezas minerais do Brasil e de nosso Estado para o setor privado. Além dos problemas ambientais, a mineração tem reflexos dramáticos no campo socioeconômico, já que o Estado não recebe dividendos como acionista e nem impostos na exportação, ou seja, pouco da riqueza mineral tem apropriação pública; e o setor mineral nem mesmo é um grande gerador de empregos.

Lei Kandir não foi aprovada para acabar com a “exportação de impostos”, mas para minimizar as perdas dramáticas do Brasil com a paridade cambial. O principal argumento para a aprovação da Lei Kandir era a necessidade de o Brasil deixar de “exportar impostos” para se tornar mais competitivo no comércio mundial. Isto não é verdade. A Lei Kandir foi mais uma medida imediata, uma “gambiarra” para diminuir o impacto da paridade cambial do Plano Real (R\$ 1 = a US\$ 1) nas exportações do nosso país; o Brasil exportava “câmbio valorizado”. O Plano Real foi, de fato, importante no fim da hiperinflação em nosso país, mas teve consequências em outras áreas, sobretudo nas contas externas do país, devido à manutenção da paridade cambial por tempo muito longo. A paridade cambial destruiu nossas exportações, já que com o Real muito valorizado, exportar ficou muito caro e importar ficou muito barato. Veja a **tabela 5**. O Brasil teve saldo comercial ininterrupto de 1984 a 1994; teve déficits na balança comercial no período da paridade cambial, de 1995 a 1998; teve uma redução do déficit com o fim da paridade cambial e retomou os saldos comerciais positivos a partir de 2001. Com déficit na balança comercial, o Brasil passou por uma ampliação no déficit das chamadas “transações correntes”, já que os outros itens desta balança também eram negativos para o Brasil: remessa de lucros; pagamento dívida externa; viagens ao exterior. Com déficit nas contas externas, o Brasil viu reduzir as reservas em dólar; aumentou os juros para segurar os capitais externos no país; aumentou violentamente a dívida pública; reduziu o crescimento econômico; e quebrou duas vezes: em 1998 e 2001, quando teve que se submeter a vexatória tutela do FMI.(...) No processo de aprovação da Lei Kandir, existia um debate de desonerar somente as exportações de produtos de maior valor agregado, para tornar o Brasil mais competitivo no comércio

internacional, mas prevaleceu a proposta de isenção ampla, incluindo as exportações de *commodities*.

2-8-Nélson Barbosa, ex-ministro da Fazenda, defende que Estados tenham autonomia para tributar *commodities*. Escreveu o ex-ministro no UOL: “O TCU deu seu veredito: a União não precisa mais compensar os Estados pelas “perdas” da Lei Kandir! Essa transferência é uma demanda antiga e recorrente de vários Estados, desde que o governo Fernando Henrique aprovou uma lei desonerando as exportações de produtos básicos de qualquer imposto indireto. Até então as vendas externas de *commodities* estavam sujeitas à incidência do ICMS e eram importante fonte de receita para alguns Estados exportadores de grãos e minérios. A Lei Kandir seguiu a lógica correta de que não se exporta imposto indireto, mas como ela implicava perda de receita para vários Estados, o texto também incluiu compensação temporária para regiões exportadoras de produtos primários. A compensação deveria durar até 2006, de acordo com a lei em vigor (Lei Complementar 115 de 2000), mas o governo federal tem realizado transferências em quase todos os anos depois de tal data, incluindo recursos na Lei Orçamentária de cada ano (por exemplo, em 2018, a transferência foi R\$ 1,9 bi). Os governadores recorrentemente demandam que o governo continue a compensar suas “perdas”, haja vista que exportação de *commodities* é uma atividade econômica importante para vários Estados, mas com poucos efeitos sobre a arrecadação indireta. A demanda dos governadores é compreensível, sobretudo diante da crise fiscal de diversos Estados, mas não é adequado exigir que o governo federal utilize outros impostos, diretos e indiretos, arrecadados sobre toda população brasileira, para compensar a especialização produtiva de algumas regiões nacionais em *commodities*. Existe uma forma mais clara e justa de fazer isso: permitir que os Estados cobrem imposto sobre a exportação de produtos primários se assim eles acharem necessário. A adoção de imposto de exportação sobre produtos primários tem longa história em economia e já foi utilizada por vários países como forma de incentivar a agregação de valor internamente. Por exemplo, para estimular o processamento de grãos, tributa-se a exportação do produto in natura, mas não os seus derivados. O mesmo se aplica a minérios, tributando-se o produto bruto, mas não o aço e outros produtos processados. (...) Assim, em vez de continuarmos em mais uma discussão bizantina se a União deve ou não compensar alguns Estados por sua vocação primária exportadora, deveríamos ter uma discussão mais profunda sobre se vale a pena ou não tributar a exportação de algumas *commodities*, destinando a receita para as regiões produtoras. Segundo nossa Constituição, o imposto de exportação é um tributo regulatório, que cabe exclusivamente à União, e pode ser regulado por decreto, respeitando a alíquota máxima de 30% (Decreto Lei 1.578/77). Porém, como vários governadores sentem-se penalizados por seus Estados serem altamente competitivos em *commodities*, essa atribuição poderia ser parcialmente descentralizada, em consonância com o federalismo. Caso isso seja feito, ao invés de caravanas de governadores para Brasília, pedindo que a União tribute áreas urbanas para compensar suas “perdas” com exportações de grãos e minérios, nós teríamos um debate regional e mais qualificado nos Estados competitivos

na produção de *commodities*. O ideal é que a população dos Estados em questão decida se deve ou não tributar suas exportações primárias. Em resumo, a descentralização de recursos é um mantra recorrente de governadores (e prefeitos). Não tenho nada contra isso, desde que se descentralize também a arrecadação de impostos. Não é adequado que somente a União fique com o ônus de cobrar impostos e contribuições para que Estados e Prefeituras ordenem as despesas. O poder de gastar deve estar associado à responsabilidade de tributar. Assim, se alguns governadores desejam ser compensados pela "maldição" de exportar *commodities*, que a União permita que os Estados, dentro de certos parâmetros, cobrem imposto sobre exportação de produtos primários a partir de seus territórios. Com isso os governadores do Paraná e do Centro-Oeste poderão se entender com seus produtores de grãos, os governadores do Pará e Minas Gerais com seus produtores de minérios e assim em diante. Se é para descentralizar recursos, vamos também descentralizar o ônus de criar e cobrar impostos para os governadores, com uma discussão transparente dos custos e benefícios da produção de *commodities* em cada estado. A democracia agradecerá este tipo de iniciativa". (UOL, 13-02-2019). (...) O problema desta proposta é que ela é inviável porque implica em mudanças constitucionais polêmicas e deixa para as Assembleias Legislativas aprovar os impostos, o que dificilmente irá acontecer com a pressão das mineradoras.

Tabela 5
Evolução da balança comercial brasileira – em US\$ bilhões

Ano	Saldo comercial
1984	13,089
1985	12,485
1986	8,304
1987	11,173
1988	19,184
1989	16,119
1990	10,752
1991	10,579
1992	15,238
1993	13,298
1994	10,466
1995	-3,465
1996	-5,999
1997	-6,752
1998	-6,574
1999	-1,198
2000	-0,697
2001	2,650
2002	13,121
2003	24,793
2004	33,640
2005	44,702
2006	46,456

Fonte: BC / IPEA

3-Veja a estrutura político-administrativa do Governo de Minas Gerais

Apresentamos neste capítulo a estrutura política administrativa de Minas Gerais. São 12 secretarias de Estado; 15 autarquias; 12 fundações; 9 órgãos autônomos; 22 conselhos estaduais; 15 empresas estatais; são 690.335 servidores ativos e aposentados.

3-1-O Estado “emparedado” entre a União e os Municípios. A Constituição de 1988 e toda a legislação complementar mudou bastante o desenho do Estado brasileiro, redividindo as competências da União, dos Estados e dos Municípios nas políticas públicas e na infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social. Os Estados, depois das mudanças efetuadas, perderam muito suas funções anteriores nas áreas de saúde, educação, sistema financeiro e na infraestrutura. Fala-se mesmo que os Estados vivenciam uma crise de identidade, “emparedados” que estão entre a União e os Municípios. “O Estado tem fundamental papel a desempenhar na economia, nas políticas sociais, enfim, na promoção de ações que possam elevar a qualidade de vida. A questão que se coloca é como o Poder Público deve fazer para alcançar seus objetivos. Às unidades federativas, em particular, essa questão é de mais difícil resposta, haja vista a crise de identidade vivenciada nos últimos 15 anos. O ‘emparedamento” dos estados entre a União e Município é real, pois, em larga medida, a primeira centraliza a arrecadação e o segundo executa as políticas. Mas o Governo Federal, nesse país continente, não é capaz de reconhecer os desejos da coletividade das diferentes regiões, e os municípios, de todos os tipos e tamanhos, com interesses próprios e locais, não têm habilidade suficiente para executar políticas regionais, principalmente aquelas que abrangem o conjunto deles e que requerem coordenação para alcançarem eficácia. O papel da unidade federativa, portanto, é fundamental. Só ela é capaz e tem legitimidade para coordenar municípios, em especial nas regiões metropolitanas, aproveitando as economias de escala de vários serviços públicos e, o mais importante, incentivando os municípios a investirem coordenadamente nas políticas sociais” (Minas XXI – BDMG).

Minas Gerais é mais presente na educação, segurança, saúde e na infraestrutura (energia e saneamento básico). Pelos dados que estamos divulgando neste estudo vemos que o nosso Estado é mais atuante nas áreas de educação, em especial no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental; tem funções muito amplas na segurança pública (polícias militar e civil, corpo de bombeiros, sistema penitenciário); na saúde, em especial na assistência hospitalar (Fhemig e Ipsemg e no repasse de recursos para os municípios); e também na infraestrutura, em especial nos setores de energia elétrica e saneamento básico. Vale destacar, ainda, outras áreas como cultura, desenvolvimento social, meio ambiente.

3-2-São 12 as Secretarias de Estado de Minas Gerais. O governo de Minas tem 12 secretarias, além da Secretaria-Geral e da vice-governadoria. São as seguintes as secretarias:

- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento — SEAPA
- Secretaria de Estado de Cultura e Turismo — SECULT
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE
- Secretaria de Estado de Educação — SEE
- Secretaria de Estado de Fazenda — SEF
- Secretaria de Estado de Governo — SEGOV
- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade — SEINFRA
- Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública — SEJUSP
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — SEMAD
- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais — SEPLAG
- Secretaria de Estado de Saúde — SES

3-3-Minas Gerais tem 15 autarquias. Autarquia é o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada. São as seguintes as autarquias do governo mineiro:

- Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte — ARMBH
- Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço — ARMVA
- Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de MG — ARSAE
- Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais — DER
- Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais — Idene
- Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais — Ipem
- Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais — Ipsemg
- Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais — Ipsm
- Instituto Estadual de Florestas — IEF
- Instituto Mineiro de Agropecuária — IMA
- Instituto Mineiro de Gestão das Águas — Igam
- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais — Jucemg
- Loteria do Estado de Minas Gerais — LEMG
- Universidade do Estado de Minas Gerais — Uemg
- Universidade Estadual de Montes Claros — Unimontes

3-4-São 12 fundações no Estado de Minas Gerais. As fundações públicas são entidades pertencentes a Administração Pública indireta que executam atividades sociais com fins específicos, entre elas, pesquisa, saúde, ciência, ensino. Veja quais são as fundações:

- Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais — Hemominas
- Fundação Clóvis Salgado — FCS
- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais — Fapemig
- Fundação de Arte de Ouro Preto — Faop
- Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais — Utramig
- Fundação Educacional Caio Martins — Fucam
- Fundação Estadual do Meio Ambiente — Feam
- Fundação Ezequiel Dias — Funed
- Fundação Helena Antipoff — FHA
- Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais — Fhemig
- Fundação João Pinheiro — FJP
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha

3-5-São 9 os órgãos autônomos em Minas. Segundo define a obra de Hely Lopes Meirelles (2007, p. 766), órgãos autônomos “são desmembramentos da Administração Direta que não chegam a se erigir em pessoa jurídica, mas gozam de certa autonomia administrativa e financeira para o desempenho de suas atribuições específicas”. Em Minas Gerais temos 9 órgãos autônomos. São eles:

- Advocacia Geral do Estado — AGE
- Consultoria Técnico Legislativa
- Controladoria Geral do Estado — CGE
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais — CBMMG
- Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais — ESP
- Gabinete Militar do Governador do Estado de MG — GMG
- Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais — OGE
- Polícia Civil do Estado de Minas Gerais — PCMG
- Polícia Militar do Estado de Minas Gerais — PMMG

3-6-Minas Gerais tem 22 conselhos. Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas são órgãos colegiados e paritários entre governo e sociedade. Disseminaram-se pelo Brasil na década de 90, a partir de sua regulamentação constitucional, materializando a

ampliação da participação da sociedade nos espaços públicos. São os seguintes os conselhos:

- Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais — CCMG
- Conselho de Coordenação Cartográfica — Concar
- Conselho de Criminologia e Política Criminal — Ccpc
- Conselho Diretor das Ações de Manejo de Solos e da Água — Cdsolo
- Conselho Estadual da Criança e do Adolescente — Cedca
- Conselho Estadual da Mulher — CEM
- Conselho Estadual da Pessoa Idosa — CEI
- Conselho Estadual de Arquivos — CEA
- Conselho Estadual de Assistência Social — Ceas
- Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia — Conecit
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência — Conped
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos — Conedh
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana — Conedru
- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável — Cedrs
- Conselho Estadual de Educação — CEE
- Conselho Estadual de Patrimônio Cultural — Conep
- Conselho Estadual de Política Agrícola — Cepa
- Conselho Estadual de Política Ambiental — Copam
- Conselho Estadual de Recursos Hídricos — CERH-MG
- Conselho Estadual de Saúde — CES
- Conselho Estadual de Turismo — CET
- Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda — Ceter

3-7-São 15 estatais em Minas Gerais, com destaque para CEMIG e COPASA.

“Empresas Estatais” é a expressão utilizada para designar todas as entidades civis e comerciais que se encontram sob o controle acionário do Estado, englobando as Empresas Públicas (EP), as Sociedades de Economia Mista (SEM), suas subsidiárias e as demais sociedades controladas pelo Poder Público. São 15 estatais em Minas Gerais:

- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais — BDMG
- Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais — Codemge
- Companhia de Gás de Minas Gerais — Gasmig
- Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais — Cohab

- Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA
- Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais — Prodemge
- Companhia Energética de Minas Gerais — Cemig
- COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste De Minas Gerais S/A
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais — Emater
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais — EPAMIG
- Empresa Mineira de Comunicação — EMC
- Instituto Integrado de Desenvolvimento Econômico - INDI
- MGS — Minas Gerais Administração e Serviços S/A
- Minas Gerais Participações S/A — MGI
- Trem Metropolitano de Belo Horizonte S.A — Metrominas

3-8-Outros Poderes e órgãos. Vale ressaltar que na estrutura do Estado temos ainda outros Poderes e órgãos. São eles:

- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais — DPMG
- Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais — TJMG
- Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais — TJM
- Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais — Alemg
- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE
- Ministério Público do Estado de Minas Gerais — MPMG

3-9-Minas Gerais tem 690.335 servidores, sendo 429.134 ativos e outros 244.350 aposentados e pensionistas. Não temos dados recentes, os que temos são de 2018 no início do governo Romeu Zema. Veja o quantitativo de servidores:

-Segundo dados da equipe de transição do novo governo mineiro eram os seguintes os servidores mineiros: servidores ativos: 429.134 (62%); servidores terceirizados: 16.851 (2%), servidores aposentados e pensionistas: 244.350 (35%), somando no total: 690.335 servidores.

-Os quantitativos de servidores nas três principais áreas do governo de Minas são os seguintes: Educação (228.737 servidores); Segurança (Secretaria, Polícia Militar, Polícia Civil, Administração prisional, Corpo de Bombeiros) eram 85.769; e na Saúde eram 32.938 servidores.

3-10-A continuidade de Romeu Zema, com sua defesa do estado mínimo, é a principal ameaça ao setor público mineiro. Romeu Zema não se “descola” de Bolsonaro porque tem uma identidade plena e até mais ampla com o ultraliberalismo que Bolsonaro e Paulo Guedes. Romeu Zema não tem um plano político de governo; sua única obsessão é privatizar o Estado; é um adepto da “utopia liberal”, na expressão do

sociólogo José Luís Fiori. Como o ultraliberalismo é uma enorme violência contra os direitos do povo e dada as dificuldades de compatibilizar liberalismo e democracia, Romeu Zema considera como normal o autoritarismo de Bolsonaro; ou seja, o “privatiza tudo” somente se torna possível com regimes autoritários e ou ditatoriais, como no caso do Chile, regime que inspira Paulo Guedes. Daí porque Romeu Zema prefere correr riscos, prefere a adoção de uma estratégia eleitoral “suicida” do que perder o apoio do eleitorado de direita, privatista e autoritário, dos adeptos, como ele, da “utopia liberal”. (...) O Partido Novo é o velho liberalismo de 150 anos atrás. Para entender a aliança de Romeu Zema com Bolsonaro é preciso compreender seu projeto de Estado e de sociedade. No seu programa de governo, ele defende o Estado mínimo e a privatização de tudo, inclusive da saúde e da educação: “Acreditamos que a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si”. Fizemos um estudo sobre as privatizações de Romeu Zema; utilizamos o alfabeto para enumerá-las; deu alfabeto completo: de A a Z.

Tratamos a seguir das três propostas mais graves do programa de Romeu Zema: estatais, saúde e educação.(...)Privatização das estatais: “Governantes, ao longo da história política, criaram um discurso de que as empresas estatais são um patrimônio público da população e que a desestatização implicaria o fim de direitos da sociedade e na entrega dessas empresas para estrangeiros. Quando se fala em privatizar empresas estatais de Minas Gerais se diz em inibir a corrupção e a troca de favores políticos, melhorar a governança e eficiência dessas empresas e, principalmente, garantir a priorização da atuação do estado para aquilo que realmente impacta a população”. Romeu Zema, em seu programa de governo, quer a privatização da CEMIG, COPASA, CODEMIG, EPAMIG, EMATER.(...) Privatização do SUS: “A assistência à saúde assegurada pelo livre mercado custa menos e é mais versátil que aquela proporcionada diretamente pelo Estado; as mudanças na saúde do estado de Minas Gerais dependem de medidas em todas as esferas de governo. No novo sistema de saúde que se propõe será facultado aos brasileiros escolher permanecer nesse novo sistema ou migrar para a rede de saúde privada”.(...) Privatização da educação, da pré-escola até a Universidade: “A mudança na educação depende de uma série de mudanças federais. Defenderemos medidas como: criação do ProEduca, que consiste na extensão do ProUni para alunos desde a pré-escola até o final do ensino médio, ou seja, ao invés do governo investir em escolas, o dinheiro da educação iria diretamente para aquelas famílias que desejarem colocar seus filhos em uma escola particular”.

4-Informações sociais e populacionais de Minas Gerais

Neste item publicamos algumas informações sociais e populacionais de Minas Gerais, nas áreas de educação, segurança pública, previdência social, saneamento básico, habitação, Bolsa Família, IDH, dentre outras.

4-1-Minas Gerais tem 3.553 escolas na educação básica e 1.801.765 alunos matriculados. Dados do Censo 2021 mostram o tamanho do Governo de Minas Gerais na educação básica.(...) Na pré-escola são apenas 529 estudantes porque esta modalidade de ensino é uma responsabilidade dos Municípios que tem 582.691 alunos matriculados.(...) Nos anos iniciais do ensino fundamental, o Estado tem 302.344 alunos matriculados, mas neste caso já é superado pelos municípios, com 792.249 anos.(...) Nos anos finais do ensino fundamental, o Estado continua liderando com 680.790 estudantes, mais que o dobro dos municípios, que tem 321.727 alunos.(...) No ensino médio, é novamente o Estado o responsável pela quase totalidade das matrículas, são 587.675 anos, contra um número residual de alunos nos municípios, são apenas 5.234 estudantes, principalmente em Contagem.(...) Além disso, o Estado tem ainda 167.302 estudantes no EJA e 63.125 na educação especial, contra 46.464 e 54.038 nos municípios, respectivamente.

E como está Minas Gerais no IDEB e nas metas do Ministério da Educação? O IDEB da educação de Minas Gerais de 2019 é de: a) nos anos iniciais do ensino fundamental é de 6.5 praticamente na meta de 6.6; b) nos anos finais do ensino fundamental é de 4.6 abaixo da meta de 5.3; c) e no ensino médio é de 4.0, bem abaixo da meta de 5.0.(...) Mesmo com resultados modestos Minas Gerais está bem colocada no ranking nacional dos Estados.(...) “Na comparação da rede estadual de Minas Gerais com a dos demais estados do Brasil, verifica-se que Minas está sempre entre as dez primeiras posições no ranking do Ideb de 2019. Nos anos iniciais, o Ideb de 6,5 situou Minas Gerais na quarta posição, a mesma de 2017. Nas primeiras posições encontram-se Paraná (6,7), São Paulo (6,6) e Ceará (6,5). Nos anos finais do ensino fundamental, em 2017, Minas Gerais ocupava a 13ª posição no ranking dos estados. Com um Ideb de 4,6 em 2019, o estado saltou para a nona posição, atrás de Goiás (5,2), São Paulo (5,2), Paraná (5,1), Acre (4,8), Rondônia (4,8), Espírito Santo (4,8), Pernambuco (4,7) e Ceará (4,7). No ensino médio, Minas Gerais também melhorou sua posição entre os estados brasileiros. Passou da 11ª posição em 2017 para a nona em 2019. Os estados com maior Ideb são: Goiás (4,7), Espírito Santo (4,6), Pernambuco (4,4), Paraná (4,4), São Paulo (4,3), Ceará (4,2), Mato Grosso do Sul (4,1) e Rondônia (4,0)”.(Fundação João Pinheiro, dezembro de 2020).

4-2-Segurança pública: crimes violentos foram de 36.978 em 2021. Os dados divulgados pelo Governo de Minas Gerais indicam os números da criminalidade violenta nos últimos anos. São considerados crimes violentos: Estupro consumado, Estupro de vulnerável consumado, Estupro de vulnerável tentado, Estupro tentado, Extorsão mediante sequestro consumado, Homicídio consumado, Homicídio tentado, Roubo

consumado, Sequestro e cárcere privado consumado.(...) Segundo dados divulgados, os crimes violentos em 2021, em todas as modalidades, foram de 36.978, uma redução de muito forte de 76% em relação a 2016, quando foram contabilizados 156.750 crimes violentos no Estado. A redução dos crimes violentos nos últimos anos é difícil de explicar, já que no período o Brasil viveu uma situação social grave, com a pior recessão econômica da história. Provável que a explicação não se deve a uma única causa, e dentre as muitas possíveis pode estar a subnotificação da criminalidade violenta no Estado.

Violência contra a mulher continua muito elevada em Minas Gerais. A violência contra a mulher tem estatísticas específicas em Minas Gerais. Os números são dramáticos. No ano de 2021 foram 154 feminicídios consumados; 181 feminicídios tentados e 144.618 casos de violência doméstica (violência física, violência psicológica, violência patrimonial, violência moral, violência sexual, e outras violências).

Evolução dos crimes violentos em Minas Gerais – 2012-2021

Ano	Total crimes	População	ICV por 100 mil habitantes
2012	82.523	19855.332	415,62
2013	101.287	20.593.356	491,84
2014	118.105	20.734.097	569,62
2015	138.244	20.869.101	662,43
2016	156.750	20.997.560	746,52
2017	136.589	21.119.536	646,74
2018	95.089	21.040.662	451,93
2019	69.095	21.168.791	326,40
2020	46.517	21.292.666	218,46
2021	36.978	21.411.923	172,70

*ICV é o Índice de Criminalidade Violenta

4-3-Previdência Social: Minas Gerais recebe R\$ 68,015 bilhões em benefícios previdenciários; impressionante: valor é quase igual à receita de Minas Gerais de R\$ 70,586 bilhões. Minas Gerais, pelas suas enormes desigualdades regionais, que é uma espécie “de porção nordestina do Sudeste”, é um dos estados mais favorecidos com o caráter distributivo do nosso sistema previdenciário.(...) Veja os dados de 2020. Nosso Estado tem 4,080 milhões de beneficiários da Previdência (aposentadorias, pensões, auxílios, salário-maternidade, etc), sendo 3,029 milhões beneficiários urbanos e 1,051 milhão de beneficiários rurais; portanto vivem da renda previdenciária aproximadamente 10 milhões de mineiros.(...) A Previdência paga, anualmente, aos beneficiários mineiros a quantia de R\$ 68,015 bilhões, sendo R\$ 54,696 bilhões aos beneficiários urbanos e R\$ 13,318 bilhões aos beneficiários rurais; como vimos os pagamentos da Previdência social em nosso Estado é quase igual à receita do Estado para todas as políticas públicas estaduais.(...) Isto significa que a Previdência subsidia nosso Estado (despesas menos receitas) a quantia anual de R\$ 38,398 bilhões (receitas de R\$ 29,617 bilhões e despesas de R\$ 68,015 bilhões). Como se vê, a Previdência é,

disparado, o maior programa social brasileiro, inclusive entre os mineiros, daí porque reformas da previdência foram e continuarão sendo muito polêmicas.

4-4-Saneamento básico: Minas tem 82% dos domicílios com abastecimento de água e 87,64% no meio urbano com coleta de esgotos. Estudo publicado pela Secretaria do Meio Ambiente traz os dados do saneamento básico em Minas Gerais. Seguem comentários e estatísticas sobre o abastecimento de água e coleta de esgotos em nosso Estado.(...) “A água é um recurso indispensável para os seres vivos e em especial para a humanidade, tendo uma importância ecológica, econômica e social. As comunidades humanas ao longo de sua existência têm se estabelecido próximas a fontes de água de forma a suprir as várias necessidades de consumo, dependendo das mesmas para sua sobrevivência econômica e biológica e para o desenvolvimento econômico e cultural. Do ponto de vista de qualidade, a água para consumo humano deve ser potável, ou seja, uma solução, praticamente incolor, agradável à vista e que não cause danos à saúde, por extensão que possa ser empregada para o preparo de alimentos” (VIANA, 2002). A Portaria 888/2021 do Ministério da Saúde define água para consumo humano como “água potável destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal, independentemente da sua origem”, não devendo oferecer riscos à saúde e atendendo aos padrões de potabilidade estabelecidos na referida portaria (BRASIL, 2021). Já em relação à quantidade, a água, deve suprir as demandas mínimas de consumo, buscando-se mananciais, superficiais e/ou subterrâneos, que possam ser utilizados para atender aos aspectos sanitários, econômicos e sociais.(...) Em Minas Gerais, o índice atendimento da população urbana com abastecimento de água foi de aproximadamente 92,9% que corresponde a uma população de 16.868.138 habitantes e o percentual de atendimento da população total (urbana e rural) de aproximadamente 82,0%”.

Serviços de coleta avançaram, mas existe ainda um grande atraso no tratamento de esgotos. O acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgotos são essenciais para a saúde, qualidade de vida e meio ambiente. O lançamento do esgoto in natura causa a perda da qualidade da água, proliferação de vetores, doenças de veiculação hídrica, eutrofização, além de dificultar o tratamento da água para abastecimento humano.(...) O estado de Minas Gerais possui o maior número de municípios no país, um total de 853 e conta com uma população urbana de aproximadamente 18.886.672 habitantes. Em relação ao saneamento básico, especificamente ao esgotamento sanitário, o estado possui uma elevada população urbana atendida por coleta de esgotos, de aproximadamente 16.551.461 habitantes, o que corresponde a 87,64% da população mineira.(...) Contudo, não se verifica o mesmo cenário em relação ao tratamento de esgoto, onde apenas 53,72% da população urbana é atendida, ou seja, cerca de 10.145.880 habitantes. Esses resultados de coleta e tratamento devem ser avaliados com cautela, pois o acesso aos serviços de esgotamento sanitário, não significa que o serviço esteja sendo ofertado com qualidade, pois pode-se ter estações em precárias condições de operação, lançamento do efluente em desacordo com a legislação ambiental, extravasamentos de esgoto nas redes coletoras, bem como ligações

clandestinas, vazamentos e rupturas. Cabe lembrar ainda que a maior parte desta população atendida por tratamento encontra-se em municípios acima de 150.000 habitantes, ou seja, a maior parcela do atendimento por tratamento concentra-se em poucos municípios do Estado. O maior desafio é a implantação de estações de tratamento de esgoto em municípios abaixo de 10.000 mil habitantes, pois apenas 96 possuem estações que atende acima de 50% da população urbana por tratamento de esgoto em um universo de 570” (Secretaria do Meio Ambiente).

4-5-Habitação: déficit habitacional estimado em Minas Gerais é de 575.498 residências. O déficit habitacional é estimado, pela Fundação João Pinheiro, em 575.498 residências em nosso Estado, o que representa 8,15% do déficit habitacional brasileiro de 6.355.743 residências. O déficit habitacional em Minas está distribuído assim: são 540.722 na área urbana e 34.776 na área rural. Parte expressiva do déficit se encontra na Grande Belo Horizonte, com 158.839 residências. Os componentes do déficit habitacional são os seguintes: coabitação familiar (209.544), ônus excessivo aluguel (330.090), adensamento excessivo (16.928) e habitação precária (18.936).(...) Um fator que se destaca a cada nova atualização do estudo sobre o déficit habitacional é o grande montante dos domicílios vagos. A aparente contradição entre um déficit de moradias ao lado de um enorme número de imóveis vagos é sempre uma fonte de questionamento. É apontada também a impossibilidade de se obterem maiores detalhamentos sobre as condições, a localização, a situação de propriedade e o padrão da construção desse estoque de moradias. Pode-se obter, apenas, a distinção entre imóveis em construção ou reforma, em condições de serem ocupados e em ruínas. Uma caracterização maior é de vital importância tanto para o delineamento do perfil desses domicílios quanto para a identificação da parcela que mais provavelmente poderia ser direcionada a suprir parte das carências de habitação da população. De acordo com a Pnad 2015, o Brasil possui 7,906 milhões de imóveis vagos, 80,3% dos quais localizados em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais. Desse total, 6,893 milhões estão em condições de serem ocupados, 1,012 milhão estão em construção ou reforma.(...) Em Minas Gerais, os domicílios vagos são 987.825, sendo 729.902 na área urbana e 257.923 na área rural. Somente na Grande BH são 193.952 os domicílios vagos.

4-6-Bolsa Família (Auxílio Brasil) garante benefícios para 1.119.493 famílias mineiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Texto do PT protesta contra a tentativa de Jair Bolsonaro de apagar da memória do povo o Bolsa Família: “Jair Bolsonaro não desiste mesmo da ideia de gastar dinheiro público para trocar os cartões do Auxílio Brasil. O objetivo da troca é um só: apagar o nome do Bolsa Família. É que, quando inventou o Auxílio Brasil às pressas, para colocar no lugar do programa criado por Lula, Bolsonaro teve de continuar usando os cartões do Bolsa Família no pagamento do benefício. Agora, quer fabricar novos cartões para fazer propaganda e tentar ganhar votos. Mas a troca não é nada barata. Segundo apurou a Folha de S. Paulo, a Caixa Econômica estimou que cada cartão deve custar R\$ 18. Como hoje são pagos cerca de 18 milhões de benefícios, o gasto seria de R\$ 324 milhões, conforme apontaram deputados do PT e de outros partidos da oposição ao Tribunal de Contas da União (TCU), em pedido

de suspensão da troca de cartões.(...) No mês de janeiro de 2022, o Bolsa Família estava sendo pago a 1.119.493 famílias mineiras em situação de pobreza e extrema pobreza.

4-7-Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: Minas ocupa a nona colocação no ranking dos estados brasileiros. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. Foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e pelo economista indiano Amartya Sen. O índice varia de 0 até 1, sendo considerado: Muito Alto – de 0,800 a 1,000; Alto – de 0,700 a 0,799; Médio – de 0,600 a 0,699; Baixo – de 0,500 a 0,599; Muito Baixo – de 0,000 a 0,499.(...) Minas Gerais, como já vimos neste estudo, é o terceiro maior PIB – Produto Interno Bruto brasileiro, mas no PIB per capita tem apenas a 10ª colocação e no IDH também ocupa uma posição desfavorável: 9ª colocação nacional. Minas tinha, em 2010, IDH de 0,731 (alto desenvolvimento humano) ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás.(...) Tem IDH acima da média estadual, as macrorregiões Triângulo, Central, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Sul de Minas; Tem IDH abaixo da média mas próximo dela, as macrorregiões Mata, Noroeste e Rio Doce. Com IDH abaixo da média estadual estão as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri.(...) O IDH nos municípios mineiros está assim: IDH Muito alto (2 municípios); Alto (226 municípios); Médio (552 municípios); Baixo (73 municípios); Muito baixo (nenhum município). Os 31 municípios mineiros com melhor IDH são os seguintes: Nova Lima, Belo Horizonte, Uberlândia, Itajubá, Lavras, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Varginha, Lagoa Santa, Itaú de Minas, Viçosa, Pouso Alegre, Araguari, Uberaba, Araxá, Ipatinga, Timóteo, Montes Claros, Barbacena, Patos de Minas, Divinópolis, Ouro Branco, Alfenas, Conselheiro Lafaiete, Sete Lagoas, São Lourenço, João Monlevade, São João Del Rei, Itaúna, Pedro Leopoldo, Contagem.

4-8-Minas Gerais é o campeão em número de municípios, são 853 no total; mas apenas 13 cidades tem 33,7% da população. Minas Gerais, devido ao tamanho de sua área territorial e também em função dos interesses políticos locais, é o estado campeão brasileiro em número de municípios: são 853 ao todo, representando 51,2% dos existentes na região Sudeste e 15,5% dos existentes no Brasil. (...) A rede municipal mineira caracteriza-se pela existência de um grande número de municípios com pequena população. Os dados da Fundação João Pinheiro estimam os dados populacionais para 2020. Os municípios com menos de 10 mil habitantes totalizam 474, eram 55,6% dos municípios mineiros e neles vivem 2.552.241 pessoas, o que representa apenas 12% da população. Na outra ponta são 13 as cidades mineiras com mais de 200 mil habitantes, que representam somente 1,5% do total das cidades, mas onde vivem 7.185.218 pessoas, ou 33,7% do total.(...) Demais cidades: são 20 as cidades com 100 a 200 mil habitantes, 2,3% do total, nas quais vivem 2.559.723 pessoas, ou 12% do total; são 39 as cidades mineiras com 50 a 100 mil moradores, 4,6% do total, onde vivem 2.820.505 pessoas, ou 13,2% do total. Já as cidades com 20 a 50 mil moradores são 119,

ou 14%, nas quais vivem 3.549.745 pessoas, 16,7% do total; e, finalmente, são 188 (22%) as cidades com 10 a 20 mil moradores e nelas vivem 2.625.234 pessoas, ou 22% total de mineiros e mineiras.(...) Veja a comparação do número de cidades nos estados da região Sudeste. Minas Gerais tem 853 municípios, com população média, dados de 2016, de 24.606 habitantes; São Paulo tem 645 cidades, que tem população média de 69.370 moradores; Rio de Janeiro tem 92 municípios, com população média de 180.833 moradores; e o Espírito Santo tem 78 municípios, onde vivem, em média por cidade, 50.850 habitantes. **Veja a tabela 1.** (...) Essa enorme quantidade de municípios em Minas Gerais tem como resultado uma inviabilidade financeira da maioria deles, que sobrevivem sem receitas próprias e completamente dependentes das transferências constitucionais e emendas parlamentares, bem como na enorme fragmentação da prestação dos serviços públicos à população. Em muitos municípios, a arrecadação própria não cobre nem mesmo o salário do prefeito.

Minas Gerais tem população estimada, em 2022, de 21.526.076 pessoas. A projeção de população do IBGE indica que Minas tem, em 2022, 21.526.076 pessoas; são 10.597.182 homens e 10.928.894 mulheres. Portanto são 331.712 a mais do que homens.(...) A população por faixa etária pode ser vista na **tabela 2**, sendo os dados de 2018. Estudo da Fundação João Pinheiro estima uma redução do crescimento da população e até mesmo uma redução do número de pessoas nas próximas décadas: “Confirmados os cenários estimados para todos os componentes, a perspectiva demográfica para o estado é a de que o desenvolvimento se dará a taxas cada vez menores com forte tendência, no médio e longo prazo, a um crescimento nulo ou até mesmo negativo. Minas Gerais repete, em 2018, as taxas de crescimento verificadas entre 2000 e 2010. Os dados de registro apontam que o próximo censo deverá comprovar a tendência de queda nas taxas de crescimento total da população. Isso mostra que o volume deixará de ser o principal foco de preocupação dos formuladores de políticas públicas. Esses deverão se voltar para as consequências provocadas pelos rearranjos das faixas etárias, isto é, a mudança da estrutura etária populacional. Mantida a tendência atual, a participação relativa da população de crianças e jovens será ultrapassada pela dos idosos”.(Fundação João Pinheiro, 2021)

Tabela 1
Distribuição dos municípios, segundo tamanho da população – 2020

Números municípios	Números municípios	Percentual de municípios	População	Percentual da população
Mais de 200 mil	13	1,5	7.185.218	33,7
De 100 a 200 mil	20	2,3	2.559.723	12,0
De 50 a 100 mil	39	4,6	2.820.505	13,2
De 20 a 50 mil	119	14,0	3.549.745	16,7
De 10 a 20 mil	188	22,0	2.625.234	12,3
Menos de 10 mil	474	55,6	2.552.241	12,0
Total	853	100,0	21.292.666	100,0

Fonte: IBGE

Tabela 2
População mineira segundo faixas etárias – 2018

Faixa etária	Número de pessoas
Menor de 1 ano	258.145
1 a 4 anos	1.072.265
5 a 9 anos	1.308.950
10 a 14 anos	1.397.768
15 a 19 anos	1.584.713
20 a 29 anos	3.434.100
30 a 39 anos	3.387.539
40 a 49 anos	2.890.342
50 a 59 anos	2.515.628
60 a 69 anos	1.758.732
70 a 79 anos	944.099
80 anos e mais	488.381
Total	21.040.662

Fonte: IBGE

“Minas Gerais é muitas”. Veja algumas passagens históricas do livro “Ave Palavra” de Guimarães Rosa

MINAS GERAIS É UMA MONTANHA, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região – que se escala. Atrás de muralhas, através de desfiladeiros – passa um, passa dois, passa quatro, passa três...- por caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade. Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas, Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóboda, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província. O quanto que envaidece e intranqüiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e História. De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas – a gente não sabe.

Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.

Só e no mais: sem ti, jamais nunca! Minas, Minas Gerais, inconfidente, brasileira, paulista, emboaba, lírica e sábia, lendária, épica, mágica, diamantina, aurífera, ferrífera, ferrosa, fêrrica, balneária, hidromineral, jê, puri, acroá, goitacá, goianá, cafeeira, agrária, barroca, luzia, árcade, alpestre, rupestre, campestre, de el-rei, das minas, do ouro das minas, das pretas minas, negreira, mandingueira, moçambiqueira, conga, dos templos, santeira, quaresmeira, processional, granítica de ouro em ferro, siderúrgica, calcária, das pirambeiras, serrana bela, idílica, ilógica, translógica, supralógica, intemporal, interna, leiteira, do leite e da vaca, das artes de Deus, do caos claro, malasarte, conjuradora, adversa ao fácil, tijuicana, januária, peluda, baeteira, tapiocana, catrumana, fabril, industriosa, industrial, fria, arcaica, mítica, enigmática, asiática, assombrada, salubre e salutar, assobradada, municipal, municipalíssima, paroquial, marília e heliodora, de pedra-sabão, de hematita compacta, da sabedoria, de Borba Gato, Minas João-pinheira, Minas plural, dos horizontes, de terra antiga, das lapas e cavernas, da Gruta de Maquiné, do Homem de Lagoa Santa, de Vila Rica, franciscana, barranqueira, bandoleira, pecuária, retraída, canônica, sertaneja, jagunça, clássica, mariana, claustral, humanista, política,

sigilosa, estudiosa, comum, formiga e cigarra, labiríntica, pública e fechada, no alto afundada, toucinheira, metalúrgica, de liteira, mateira, missionária, benta e cincunsisa, tropeira, borracheira, mangabeira, camboieira, rural, ladina, cidadina, devota, cigana, amealhadora, mineral e intelectual, espiritual, arrieira, boiadeira, urucuiana, cordisburguesa, paraopebana, fluminense-das-velhas, barbacenense, leopoldinense, além-paraibana, itaguarense, curvelana, belorizontina, do ar, do lar, da saudade, doceira, do queijo, do tutu, do milho e do porco, do angu, do frango com quiabo, Minas magra, capioa, enxuta, groteira, garimpeira, sussurrada, sibilaba, Minas plenária, imo e âmago, chapadeira, veredeira, zebuzeira, burreira, bovina, vacum, forjadora, nativa, simplíssima, sabida, sem desordem, sem inveja, sem realce, tempestiva, legalista, legal, governista, revoltosa, vaqueira, geralista, generalista, de não navios, de não ver navios, longe do mar, Minas sem mar, Minas em mim: Minas comigo. Minas.

Trecho do livro Ave, Palavra - Guimarães Rosa